

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.208 - PR (2019/0326245-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU- SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E
MEDIDAS ALTERNATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU - PR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : JONATA RICARDO FREITAS
ADVOGADO : CLEVERSON LEANDRO ORTEGA - PR043249

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO PROLATADA POR JUÍZO FEDERAL. CUMPRIMENTO DA PENA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL SUJEITO À ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. FISCALIZAÇÃO PELO JUÍZO COMUM ESTADUAL. SÚMULA N.º 192 DO STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL SUSCITADO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 4.ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU - SJ/PR contra o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU - PR.

O Juízo Suscitado declinou de sua competência para a execução da pena com base nos seguintes fundamentos (fls. 1.006-1.012):

"Tenho que é incorreta a premissa de que a competência para a execução penal é determinada no início do cumprimento da pena.

A competência jurisdicional para a execução da pena é sabidamente cambiante. Em regime fechado e semiaberto é definida pelo local onde se encontra o preso. Já em meio aberto (penas substitutivas, regime aberto, livramento condicional e suspensão condicional da pena) é definida pelo local de residência do(a) condenado(a), que tem direito subjetivo de cumprir a reprimenda na comarca de sua residência, observado que o objetivo maior da execução penal é proporcionar condições para a sua harmônica reintegração social (art. 1.º da LEP).

Daí o caráter itinerante do processo de execução penal, em decorrência do que tenho que inclusive se mostra inadequada a expedição de carta precatória em execução penal para fins de fiscalização do cumprimento de pena, devendo, em caso de mudança de competência no curso do processo, a própria execução ser remetida ao

juízo competente para a continuidade da execução da pena (arts. 65 e 66, V, 'g' da LEP c/c art. 7º da Resolução nº 113/2010 do CNJ, art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/03 - CODJ/PR, arts. 24, 25 e 27, I e § 1º da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR e item 7.2.3 do Código de Normas do Foro Judicial da CGJ/TJPR.

[...]

a regra é a Justiça Federal executar as penas que aplica. A exceção, prevista no texto sumular, é a Justiça Estadual executar as penas impostas pela Justiça Federal, enquanto os sentenciados estejam recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual.

Cessado o recolhimento em estabelecimento sujeito à jurisdição estadual, natural que a competência para a continuidade da execução - de caráter absoluto e constitucional - retorne à Justiça Federal.

Daí porque entendo que é de competência da Justiça Federal a execução de pena em meio aberto, decorrente ou não de progressão de regime ou de conversão de pena, sempre que se tratar de execução exclusivamente de sentença(s) prolatada(s) pela Justiça Federal.

[...]

Portanto, na hipótese dos autos, em caso de progressão ou regressão de regime de qualquer forma haverá mudança de competência, em nada sendo alterado o fluxo da tramitação processual no caso de reconhecimento da competência da Justiça Federal para a continuidade da execução da pena em meio aberto.

[...]

Ocorre que a execução de pena mediante condições estabelecidas por juízo distinto é uma realidade inegável exatamente em razão da já explicitada natureza cambiante da competência jurisdicional no processo de execução penal. E de qualquer forma, nada impede, mas pelo contrário, a legislação (arts. 116, 144, 148 e 158, §2º, da LEP) expressamente prevê a possibilidade do juízo que estiver executando a pena ajustar as condições estabelecidas a qualquer tempo, inclusive de ofício, sempre que as circunstâncias assim o recomendarem.

[...]

Porém, incompreensível é que cessada a situação fática que justificou a transferência da competência para a Justiça Estadual, tudo impediria o retorno da competência para o Juízo Federal, apesar de absoluta e constitucional.

Quando a Justiça Estadual concede a progressão para o regime aberto e declina da competência, determinando o retorno dos autos à Justiça Federal em razão de ter cessado a situação que justificou o anterior deslocamento da competência, são opostos inúmeros óbices como tumulto processual, razoável duração do processo, status jurídico do condenado etc.

Agora, quando a situação se inverte, ou seja, a Justiça Federal declina da competência e determina o encaminhamento dos autos à

Justiça Estadual, aí curiosamente nenhum destes mesmos óbices são invocados, apesar da identidade de situações, o que evidencia uma hermenêutica falha e contraditória, que viola a isonomia por ausência de justificativa razoável para o 'discriminem'.

[...]

Oras, no caso dos autos devem ser aplicados analogicamente os arts. 4º, 6º e 10, §2º da Lei nº 11.671/08. Não mais estando o condenado pela Justiça Federal recolhido em estabelecimento penal sob a jurisdição da Justiça Estadual em razão de progressão para o regime aberto ou por qualquer outra razão cessa a hipótese de incidência da Súmula nº 192 do C. STJ, devendo o juízo federal naturalmente retomar sua competência constitucional e absoluta para a continuidade da execução da pena.

Por fim, apenas registro que soa incompreensível a este juízo o desinteresse da Justiça Federal em executar as penas que aplica. Empreende toda uma energia no processamento e julgamento das ações penais que lhe são afetas e na hora de se fazer cumprir os comandos sentenciados o interesse da Justiça Federal pelo destino dos casos, paradoxalmente, simplesmente desaparece.

[...]

Em face do exposto, declino da competência e determino a remessa da presente execução ao MM. Juízo Federal Criminal de Foz do Iguaçu - PR."

O Juízo Suscitante, igualmente, declinou da competência e o fez calcado na seguinte fundamentação (fls. 1.037-1.039):

"1. Prefacialmente, cabe mencionar que este Juízo não reconhece a competência para a fiscalização das condições ou penas substitutivas oriundas de decisões de progressão de regime ou conversão da pena realizadas pelo Juízo Estadual da Execução Penal que até então vem executando a reprimenda privativa de liberdade em regime semiaberto ou fechado em estabelecimento prisional sujeito a sua fiscalização.

A Lei de Execução Penal não traz qualquer previsão legal quanto à competência da Justiça Federal em dar continuidade à execução da pena, depois que concedido o benefício de cumprimento da pena em meio aberto pelo Juízo Estadual.

Pelo contrário, declinada a competência da execução da pena para a Justiça Estadual, não subsiste qualquer interesse ao Juízo Federal, pois, compete ao Juízo da Execução do Estado fiscalizar e acompanhar a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, quando recolhidos em estabelecimentos sujeitos à administração estadual, zelando pelo seu correto cumprimento, competindo-lhe todos os incidentes da execução e demais atribuições previstas no artigo 66 da Lei de Execução Penal, mesmo depois de haver

progressão para o regime aberto ou livramento condicional ou, ainda, conversão de pena.

A competência executiva é determinada no início do cumprimento da pena, assim, os condenados a regime inicialmente fechado ou semiaberto serão executados no Juízo Estadual, em consonância com a Súmula 192/STJ, não havendo alteração de competência com remessa dos autos ao Juízo Federal no momento em que colocados em liberdade. Já os condenados ao regime inicialmente aberto ou com substituição de pena determinada na sentença condenatória pelo Juízo Federal, serão executados por este último.

Ademais, verifica-se mais acertada a manutenção dos autos de execução no âmbito da Justiça Estadual, seja porque toda a execução até então tem sido fiscalizada por aquele Juízo, ou porque em casos de descumprimento das condições e/ou revogação da benesse, seria necessário nova remessa dos autos ao Juízo Estadual, gerando uma desarrazoada duração do processo.

[...]

Por fim, note-se que a Resolução nº 93, do Tribunal de Justiça do Paraná, prevê em seus artigos 27 e 28, parágrafo único, a competência para fiscalização das penas restritivas de direitos no âmbito estadual, não realizando qualquer ressalva quanto às execuções de crimes julgados pela Justiça Federal.

Desta forma, suscito conflito de competência, nos termos dos artigos 114, I, 115, III e 116, § 1º, todos do Código de Processo Penal, perante o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 105, I, 'd', da Constituição Federal, com a consequente remessa dos autos àquela Corte para solução."

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 1.059-1.062, opinando pela competência do Juízo Suscitado.

É o relatório.

Decido.

Compete ao Juízo da Vara de Execuções Comum Estadual a deliberação sobre os incidentes da execução da pena de presos condenados pela Justiça Federal e que se encontram cumprindo pena em estabelecimento prisional sujeito à administração estadual, consoante o Verbete Sumular n.º 192 desta Corte, *in verbis*:

"Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual".

Depreende-se que compete ao juízo responsável pela execução da pena decidir sobre a progressão ou regressão do regime prisional, extinção da pena e demais incidentes da execução como livramento condicional, comutação ou indulto.

Aliás, para a Justiça Federal fiscalizar uma execução seria necessário que o apenado estivesse recolhido em Penitenciária Federal, além da existência de Conselho Penitenciário, Patronato, Conselho da Comunidade e outras entidades federais para acompanhar as penas, o que não existe por enquanto.

Exsurge, pois, a competência da Justiça Comum Estadual para proceder à execução da pena, sendo o juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENA APLICADA PELA JUSTIÇA FEDERAL. CUMPRIMENTO EM ESTABELECIMENTO ESTADUAL. PROGRESSÃO DE REGIME PARA O ABERTO. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 192 DO STJ.

1. A execução penal compete ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença. Sem ferir o art. 109 da CF/88, o verbete n. 192 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça excepciona referida disciplina, nos casos em que o apenado, condenado pela Justiça Federal, encontrar-se em estabelecimento penitenciário estadual.

2. Transferida, de início, para a Justiça Estadual a competência para o processo de execução penal, em virtude da permanência do condenado em estabelecimento penitenciário estadual, tem-se que a competência não se transfere de volta, automaticamente, pela simples progressão a regime no qual não seja mais necessário o encarceramento. Precedentes.

3. Admitir que a progressão remeta os autos à Justiça Federal e a regressão os devolva à Justiça estadual geraria desnecessário tumulto à execução penal.

4. Mantida, assim, a competência do Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, ora suscitado, para dar continuidade à execução de pena imposta pela Justiça Federal, mesmo após a progressão de regime para o meio aberto.

5. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no CC 164.523/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/2019, DJe 13/05/2019.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL. ESTABELECIMENTO PRISIONAL SOB ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. PROGRESSÃO PARA REGIME ABERTO. SÚMULA 192/STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *É competente o Juízo das Execuções Penais do Estado para a execução da pena imposta a sentenciado pela Justiça Federal, quando recolhido a estabelecimentos sujeitos à administração estadual (Súmula 192 STJ).*

2. *O fato de o reeducando passar a cumprir a pena em regime aberto não autoriza a modificação da competência para execução da pena.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no CC 156.440/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 02/05/2018.)

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito e DECLARO competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU – PR, o Suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora